ASSALTO À AMAZÔNIA

OSCAR DIAS CORRÊA

Há mais de 35 anos, em 30 de setembro de 1959, apresentei à Câmara dos Deputados os Requerimentos de Informações nºs 674 (ao Ministério da Aeronáutica), 675 (ao Serviço de Proteção aos Índios), 682 (ao Ministério da Agricultura), 685 (ao Ministério da Guerra) e 686 (ao Conselho de Segurança Nacional), todos referentes à situação dos índios na Amazônia, às atividades de missões estrangeiras que ali se multiplicavam; procurando informar-me e à Nação a respeito de dúvidas que haviam surgido quanto à verdadeira extensão das atividades por elas desenvolvidas naquela região.

É que haviam chegado ao nosso conhecimento notícias de que missões ditas religiosas, naquela região, abusavam da permissão que lhes havia sido dada, para dedicar-se muito mais, se não exclusivamente, à pesquisa e busca das riquezas minerais, que exploravam e contrabandeavam, usando, para isso, das facilidades do convívio com os indígenas, dos quais se faziam amigos e se aproveitavam.

Contavam, com a natural simplicidade dos silvícolas, que corrompiam com miçangas e pequenos favores, em troca das indicações de que necessitavam e da construção de pistas de pouso para aeronaves de pequeno e até médio porte (a época, os D.C. 3).

A partir de outubro desse mesmo ano, começaram a chegar as informações, subscritas pelo Ministro da Guerra — General Henrique Lott; pelo Comandante Militar da Amazônia — General Humberto de Alencar Castelo Branco; pelo Diretor do Serviço de Proteção aos Índios — General José Luiz Guedes; pelo Ministro da Aeronáutica — Major-Brigadeiro do Ar Francisco de Assis Corrêa de Mello; e pelo Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Embaixador José Sette Câmara.

Vinham, porém, classificadas como "Confidenciais" e "Reservadas",

pelo que não as podia revelar da tribuna, para o conhecimento dos parlamentares e da Nação.

Pedi, então, ao líder do Partido majoritário — o PSD — o nobre e prezado Deputado Abelardo Jurema, que concordasse com a convocação de uma sessão secreta, na qual pudesse ler aos parlamentares as informações recebidas; mas S. Exa. considerou inconveniente a iniciativa, que, à falta de apoio, não se efetivou.

Fiquei, assim, durante muito tempo, senhor angustiado e temeroso das informações, preocupado com a responsabilidade que pesava sobre mim. E tão logo me surgiu ocasião, procurei o General Golberi do Couto e Silva, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, que me tranqüilizou: o Governo tinha pleno conhecimento de tudo, e acompanhava a ação das referidas missões.

Por isso, só em 10 de março de 1966, já vencido o prazo da reserva de conhecimento público de algumas das informações, pude, em discurso na Câmara dos Deputados, dar notícias delas ("Diário do Congresso Nacional", Seção 1 (Suplemento) de 11/3/1966), resumida e parcial, que ampliei em pronunciamentos posteriores; além de encaminhar outro Requerimento de Informações, já agora ao Conselho de Segurança Nacional (nº 5.066, de 9/3/1966).

À época houve quem duvidasse da seriedade das informações e lhes atribuisse intuitos partidários ou ideológicos, menos nobres e patrióticos.

Na verdade, as informações apresentavam dados dramáticos da infiltração de elementos estranhos na região: a existência de, no mínimo, 140 campos de pouso não vistoriados pela Aeronáutica, sem recursos suficientes para cumprir sua missão fiscalizadora; nas "missões" religiosas, geólogos, mineralogistas, "lingüistas" (assim entre aspas, nas informações), e outros especialistas e pesquisadores; a ação sobre as comunidades indígenas, com a troca de quinquilharias por castanha, borracha, madeira de lei, minérios, peles de animais; enfim, um quadro dantesco de quinta-colunismo explícito.

Desde então, o tema, permanentemente, me atormenta, com as notícias que surgem, de tempos em tempos; e, em palestras, debates, conferências, inúmeras vezes, o abordamos, no rádio, nos jornais e na televisão, procurando convocar a atenção da Nação para os riscos que corremos da sempre presente tentativa de internacionalização da Amazônia, que, muito antes de nós, eminentes brasileiros, denunciaram.

Ainda recentemente, em livro de análise crítica da Constituição de 1988, repetia essa preocupação, recusando, veementemente, as reações de interesses externos, que buscam interferir em nossa soberania sobre a região, escrevendo, textualmente ("A Constituição de 1988 — Contribuição Crítica", p. 236):

"...Não há por que pretender excluir a soberania nacional sobre o vasto território, para lhe dar aproveitamento racional, sem risco de quebra da harmonia ecológica desejada. Nem se há de permitir que interesses externos, qualquer que seja o disfarce, se insinuem para atingí-lo ou impedí-lo.

As nações ditas desenvolvidas não tem direito nem autoridade para imiscuir-se na solução do problema, que, ainda interessando à Humanidade, é de exclusiva alçada da soberania nacional.

Soberania, aliás, há muito ameaçada por toda sorte de ataques, principalmente os subreptícios, como os que vêm ocorrendo na região, na invasão de alienígenas que ali aportam com os mais variados interesses e sob as mais diversas indicações".

Como já se disse e repetiu, o problema da internacionalização da Amazônia é cíclico: aparece, ganha corpo, investe, e, com a reação contrária brasileira — "caso de pirataria disfarçada" — como lhe chamou Arthur Bernardes, se esconde.

Sim, se esconde, disfarça, dissimula, mas não morre; apenas recua, estrategicamente, aguardando melhor oportunidade.

É o que novamente, acontece, com a reativação do movimento, cada vez mais presente e mais poderoso, agora denunciado pela imprensa, e em extensão e gravidade cada vez maiores.

A publicação do "Documento Anexo D ("Diretrizes do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs", ao Estudo nº 001/1a. SC/89)", que conhecemos através do Boletim da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, de Manaus, traduzido por Walter Heinrich Rudolph Frank, Tradutor Público Juramentado e intérprete comercial, em São Paulo, 22 de julho de 1987, é o mais grave de quantos poderiam surgir.

A sem-cerimônia com que se trata o problema; a recusa de nossa soberania sobre a região ("a posse dessa imensa área pelos países mencionados — o Brasil, com a maior área — é meramente circunstancial..."); a desfaçatez com que se indicam os meios e recursos para impedir que o incorporemos à vida nacional, e com que se traçam estratégias para retirá-la de nossa soberania; a explicitação cínica dos meios que deverão ser utilizados para a manutenção da área em poder dos indígenas(?), maximizando-lhes as reivindicações; para — esta uma das afirmações — afinal, "o seu desfrute pelas grandes civilizações européias, cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico"; a expressa enunciação das verbas; de como as pessoas devem atuar e utilizá-las; fazem do documento um dos mais cínicos, senão o mais cínico que já li, em

matéria de tratamento de interesses nacionais, pelo descaramento com que abre o jogo da cobiça internacional sobre a Amazônia, indiferente à nossa soberania sobre a área, como se se tratasse de "terra de ninguém".

Impõe-se que o Governo Brasileiro, por todos os meios, procure retirar de nosso convívio e daquela área os que assim se preparam para apossar-se dela, reativando e intensificando sua atuação na região (como já proposto por autoridades responsáveis), imediata e maciçamente; com a remodelação completa e aparelhamento da FUNAI, com a participação efetiva das Forças Armadas, estabelecendo, de vez, clara e insofismavelmente, nossa presença na região, minada pelos quinta-colunas dos invasores, travestidos em pregadores religiosos, ou pesquisadores das miraculosas propriedades das plantas medicinais da região, mas, na verdade, interessados nas fabulosas riquezas minerais e na potencialidade ambiental de que pretendem apropriar-se, quando puderem (e esperamos em nós e em Deus não possam nunca!).

Não importa isso prejudicar ou ferir direitos dos indígenas — que devem ser assegurados; antes protegê-los da lavagem cerebral a que estão sendo submetidos, preparando-os para vítimas indefesas da ambição sem fronteiras desses falsos pregadores.

É importante dar conhecimento à Nação desses assaltos à Amazônia, da dissimulação de muitos que se vestem de pregações ambientalistas, de defesa da natureza e do eco-sistema, de protetores dos silvícolas, que querem ver em nações instituídas de que, depois, possam apossar-se, mercenários a serviço de sórdidos interesses, que antes que desprezar devemos combater a ferro e fogo. Enquanto é tempo.